

REFLEXÕES SOBRE *MATRIX*

Davy Bogomoletz
Maio de 2003

Um mundo onde tudo aquilo que você vê e ouve não passa de ilusão, de miragem, de uma imagem sonorizada de computador projetada não numa tela, mas diretamente no seu cérebro: este é o mundo criado por *Matrix*, a máquina que tornou o homem obsoleto.

O dicionário Macmillan da língua inglesa, edição de 1973, define a palavra *Matrix* como significando: 1. *aquilo em que algo se origina, desenvolve-se, forma-se ou é contido*; 2. *útero*; deriva do latim, onde significava *útero, origem*, a partir da palavra *mater*, mãe.

Naquela espantosa cena que mostra incontáveis recipientes em forma de banheira, cheios de um líquido viscoso, arrumados em camadas à volta de colunas incrivelmente grossas e altas, cada qual contendo um corpo humano ligado, por inúmeros tubos e cabos, a algum ponto atrás do recipiente, é quase inevitável pensarmos em um número infinito de úteros artificiais, onde os seres humanos vivem, segundo a narrativa do filme, sua vida inteira, ao mesmo tempo em que um hiper-computador de potência inimaginável recria, para cada um, um pseudo-ambiente e uma pseudo-história. E esse é o mundo governado por *Matrix*, contra a qual revolta-se um punhado de humanos “reais”, que de algum modo conseguiram escapar dos seus úteros artificiais.

O filme suscita, ao redor do mundo, ao mesmo tempo ondas de discussão e de veneração, e surgem clubes e grupos onde ele é visto e revisto, virado e revirado em busca de pistas sobre o sentido de vários dos seus aspectos.

O debate gira, até agora, em torno da pergunta: Será que vivemos *realmente* numa “realidade virtual”?

Aparentemente, é uma discussão inteligente, informada, sinceramente interessada em decifrar o enigma: Quando é que somos reais – quando acordados ou quando sonhamos? O problema, segundo os debatedores, é se estamos mergulhados numa ilusão ou se isso com que aparentemente interagimos existe “mesmo”. Já houve na história da filosofia uma grande controvérsia sobre se o que existe está lá mesmo que ninguém (humano) o percebe, ou se ao fecharmos os olhos tudo aquilo que há pouco víamos simplesmente desaparece. Agora a questão é mais sofisticada: Isso que achamos que existe fora da gente é realmente real, ou é apenas ilusão dos nossos sentidos, e haveria um mundo mais real para além de nossa percepção “consciente”? Platão já o havia descrito no célebre “mito da caverna”: O que vemos é apenas sombra do que realmente existe, e este último só pode ser percebido pela inteligência, nunca pelos sentidos. Pois, e neste ponto ele tinha razão, o que nossos sentidos percebem é tão perecível – e portanto ilusório – quanto eles próprios. Ele chegou, assim, à brilhante idéia de que, de todas as possibilidades mentais do homem, só a razão, a capacidade de pensar de modo coerente, seqüencial e sistemático sobre algum tema específico, merece que reconhecamos, em seu produto, algum grau de “verdade”. Todo o resto de nossa vida mental, que se origina nos sentidos, na imaginação criadora ou naquilo que

nos ensinaram a acreditar, não passa de ilusão, de aparência, e portanto, de mentira.

Essa foi uma das principais contribuições de Platão (e da Grécia como um todo) à cultura ocidental. Depois de vários outros filósofos que aperfeiçoaram e refinaram suas idéias, sabemos que justamente dessa *matrix* proveio uma grande parte do que conhecemos atualmente – principalmente graças a esse uso especial da razão que chamamos *ciência*.

No filme em questão, porém, a ciência (representada por sua filha diletta, a tecnologia) já não é mais o bendito fruto do ventre humano: criatura rebelada contra o criador, uma espécie de tataraneta do “monstro” do Dr. Frankenstein, ela finalmente toma o poder, e agora é o homem que passa a ser “usado” por ela, que de tão aperfeiçoada, passou a gerar a si mesma, tornando-se uma espécie de “deus” que “faz” um homem à sua imagem e semelhança, isto é, ao seu bel prazer.

Daí o grande debate: Somos mesmo apenas marionetes nos tentáculos de máquinas ou de, como gostam de imaginar muitos conspiradores, de “conspirações” gigantescas que, em vez de nos servirem, servem-se de nós? Estaríamos condenados a chegar algum dia a esse ponto, na verdade um ponto final em nossa carreira de seres humanos? Em vez de nos alimentar, vestir, transportar, curar, trabalhar para nós e produzir tudo aquilo de que precisamos para viver nossa vida, nos tornaremos algum dia (ou já somos, sem saber) o alimento, a fonte de energia, a “máquina” que serve ao novo senhor, ou melhor, senhora, essa senhora chamada *Matrix*? (Uma coisa é certa: a inventividade desses dois irmãos, criadores do filme, é deveras admirável!)

A revista Super Interessante, em seu último número, trás uma reportagem bem interessante sobre alguns desses debates atuais. Surge, no entanto, uma indagação após essa leitura: Mas qual o problema central do filme, afinal? De uma coisa parece que nenhum dos debatedores se deu conta: O conhecimento psicanalítico contemporâneo, segundo um de seus menos famosos teóricos, o inglês D. W. Winnicott, diz que o que torna a vida humana real não é, “realmente”, a acuidade com que o mundo exterior é percebido, nem mesmo se nos movimentamos num ambiente que “realmente existe” ou se o ambiente em que nos movemos é apenas ilusório. O problema maior, e nesse ponto Platão teria sido, ao mesmo tempo que pai da ciência, também o carrasco da realidade humana, (e Descartes, seu grande discípulo, o seu coveiro) é se aquilo que consideramos “real” leva em conta ou não o mais importante: O mundo *interno*, o ambiente que existe *dentro* de nós.

Por exemplo: Uma certa mulher tinha duas filhas, uma das quais morreu. Pouco tempo depois, ao procurar trabalho numa certa empresa, escreveu na ficha de inscrição, no item Filhos, a palavra ‘dois’. Casualmente, no departamento de pessoal dessa empresa trabalhava alguém que conhecia essa família e sabia do ocorrido, e ao deparar-se com a inusitada resposta rapidamente desaconselhou a contratação da moça, por julgá-la “louca”.

Pergunta-se: é “verdade” que essa mulher tem apenas uma filha? Ou é “verdade” que ela tem duas filhas, embora uma tivesse morrido?

Outro exemplo, agora ao contrário: um homem viveu a vida toda com base nos rígidos ensinamentos de uma seita religiosa, aos quais seguia, como se diz,

religiosamente. Acreditava, piamente, que estava no caminho certo, e que por esse caminho construiria uma vida boa e serena para si e para a sua família. Surgiu, porém, um pequeno problema: O seu filho mais velho, uma vez chegado à adolescência, não mais aceitou compartilhar das crenças e costumes do pai. Durante a sua crise, o pai deu-se conta de que havia construído para si e sua família não uma vida real, conforme pensava estar fazendo, mas uma vida baseada numa grande fantasia, a sua crença religiosa, e percebeu que o fizera pelo fato de, em criança, ter perdido o sentimento de proteção familiar, e se sentido totalmente perdido no mundo, buscando recuperar esse sentimento de proteção na seita religiosa e na divindade que ele cultuava. Para isso, teve que calar tudo aquilo que se originava em seu próprio interior, substituindo suas intenções e desejos pessoais pelas injunções e mandamentos de sua religião. Acabou dando razão ao filho, que “teimava” em viver segundo suas próprias preferências, e se recusava a se submeter aos desígnios do pai.

No primeiro caso, qualquer pessoa que julgar a questão da filha “morta” com os olhos “objetivos” da percepção da realidade externa, material, visível, tangível, onde as coisas são “reais”, mas as fantasias, os sentimentos, as preferências, as memórias e as experiências de cada um são “irreais”, dirá: “Essa mulher é louca”. Por outro lado, qualquer pessoa que tenha perdido um filho dirá, com certeza, que essa mulher está dizendo a mais pura verdade: Um filho que morreu não deixou de existir para os pais que o perderam. Um amigo me lembrou a frase dita, na época do Regime Militar, pela colunista social Zuzu Angel, cujo filho havia sido assassinado por motivos políticos: “Um filho só morre quando desaparece da memória dos pais.”

No segundo caso, não seria difícil perceber que esse homem construiu para si uma pseudo-realidade, fugindo tanto quanto podia tanto da temida realidade externa, quanto de sua realidade interna, passando assim a viver num mundo totalmente feito de ilusão e imaginação. Alguns diriam: esse homem é louco. Outros, mais avisados, perceberiam que ele construiu para si um sistema de auto-defesa, dentro do qual se sentia protegido de um mundo exterior que, a princípio, lhe parecera (por causa de um desastre emocional ocorrido em sua infância) totalmente hostil e inabitável. Graças à “rebeldia” do filho, acabou “caindo em si”, neste caso, literalmente, pois retomou o contato com o que se passava em seu próprio interior, e descobriu que uma realidade construída artificialmente é muito mais perigosa que os mundos interno e externo que ele tanto temera.

De fato, nosso contato com o mundo externo não começa aí, no mundo externo. Ele começa no que sentimos, que no início é mera sensação, sem qualquer “sentido”, (pois é só aos poucos que os “sentidos” vão sendo incorporados às sensações). No início da vida somos todos, por um lado, onipotentes, deuses, vivendo num mundo onde as únicas informações são aquelas fornecidas pelo nosso próprio cérebro, ou então por nossos “sentidos”, isto é, pelos órgãos cuja função é perceber: perceber dores, desconfortos, ou prazeres, confortos. Por outro, nessa época somos pouco mais que vermes, totalmente indefesos, desamparados, vulneráveis, a não ser que uma “asa de mãe” nos proteja e nos ampare por inteiro. Tudo aquilo que diz respeito ao mundo externo, nesse período que se estende do nascimento (ou mesmo de um pouco antes) até

praticamente o quarto ano de vida, é visto como totalmente aterrorizante, no início, e razoavelmente ameaçador, ao final.

Paradoxalmente, portanto, as primeiras informações com que lidamos são aquelas que nós próprios nos fornecemos. Só muito depois é que começamos a realmente *perceber*, isto é, a captar informações provenientes daquilo que está fora de nós, daquilo que *não é nós mesmos*. Esse processo de criação de informações é chamado de *onipotência*, algo parecido com o que ocorre nos sonhos, onde tudo podemos e tudo fazemos, inclusive nos colocarmos dentro de corpos alheios para melhor falarmos conosco mesmos.

A força com que essa onipotência inicial nos governa tende a diminuir, e passamos um longo tempo *aprendendo* que há coisas fora de nós que funcionam a partir de energias e intenções próprias. O louco seria aquele cujo desenvolvimento parou em algum ponto desse período, e que por isso não realizou essa aprendizagem, e continua a acreditar que tudo e todos à sua volta se movimentam exclusivamente por seu próprio comando, ou pela intenção de rebelar-se contra esse comando.

No entanto, um outro tipo de “louco” é justamente esse que, por ter aprendido *demais* sobre a “realidade externa”, ou seja, sobre aquilo que está *fora* dele, acredita agora que tudo aquilo que se passa *dentro* dele, e portanto dentro dos outros, não passa de ilusão, mentira, fantasia, *sombra* (como diria Platão), e portanto *não existe*. Não é *real*. O funcionário que decretou a “loucura” da candidata a emprego era um louco desse outro tipo. (Nelson Rodrigues o teria chamado de “idiota da objetividade”.) Se todas as pessoas sãs que perderam filhos atestam a total sanidade dessa mãe, e certamente o farão, caso perguntados, fica óbvio que a loucura daquele que nega a realidade do que está *dentro* é muito maior que a loucura daquele que nega o que está *fora*. Maior – porque é na realidade que está *dentro* que nascemos, e é a partir dela que, muito aos poucos, absorvemos (não sem resistência) a “realidade” do que está *fora*.

O filme *Matrix* levou-me a pensar, assim, que a verdadeira questão não é se aquilo que está fora de nós é real ou não. A verdadeira questão da vida humana atual é se *o fato de nos relacionarmos exclusivamente com o que está fora de nós* – e é isso que caracteriza a “sanidade” em nossa sociedade atual – neta de Platão e filha de Descartes (por mais que um deles pense o contrário do outro) – não nos coloca inevitavelmente num mundo de *mentira* (muito mais que de apenas ‘ilusão’).

Os detalhes de caráter religioso (que pululam como gafanhotos ao longo de todo o filme – os nomes dos personagens, por exemplo, Trinity (Trindade), Apo (Apocalipse), ou do último bastião da humanidade “real”, Sion, além de várias menções a idéias budistas e taoístas), se explica pelo fato de, como sabemos, se por um lado a religião é um modo de relacionar-se com o que está *além da realidade visível*, ela sempre tem uma vertente oposta, *alguém da realidade visível*, que é onde viceja o misticismo em todas as suas formas. Pois o misticismo, sabemos há muito, é tanto um modo de sondar os mistérios do divino quanto de perscrutar os enigmas da alma humana. (Notemos o fato um tanto inusitado de que o grande herói do filme se chama Morpheus – o deus do sono, na Grécia: o sono é o ambiente em que ocorre o sonho – que é o avesso da realidade

dita “objetiva”, e é onde Freud localizou a “estrada real” para o inconsciente, isso que posteriormente passou a ser chamado de “mundo interno”, que inclui tanto os aspectos subjetivos da consciência quanto o inconsciente propriamente dito.)

E mais uma coisa: O filme mostra, e de forma cruel, como um modo de pensar objetivante, voltado exclusivamente para a realidade dita “objetiva”, ou seja, externa ao indivíduo, pode ser verdadeiramente ilusório. Surge então o seguinte problema: A ciência, que, como todos sabem, é um método de observação e coleta de informações tão desvinculado da realidade *interna* quanto possível, não nos arrastaria inexoravelmente rumo a um mundo *não humano*, justamente por isso?

A contribuição teórica feita por D.W.Winnicott para a psicanálise presta-se como poucas para um entendimento mais profundo do enigma proposto por “Matrix”.

Segundo esse autor, o ponto de partida da personalidade humana, cuja base seria o *self*, definido por mim como o sentimento de identidade provocado pelo somatório de experiências ocorridas nos primeiros (não importa quantos) meses de vida do indivíduo. Essas experiências podem ser de dois tipos. O primeiro tipo consiste em experiências espontâneas, deflagradas pelos impulsos gerados pelas necessidades do indivíduo, e pela busca de satisfação das mesmas. As três primeiras etapas desse ciclo – necessidade / impulso / busca / satisfação – por surgirem no indivíduo e funcionarem segundo um ritmo próprio, inteiramente específico a esse indivíduo, se atendidas (satisfação) no momento adequado por uma figura materna sintonizada (de um modo que podemos tranquilamente chamar de “mágico” – ver “A Preocupação Materna Primária”) com esse ritmo, levam o pequeno ser a desenvolver a ilusão de que o quarto componente do ciclo, a satisfação, também se origina nele mesmo. Isto dá lugar a um fenômeno de importância vital, a *experiência de onipotência* – que em certo momento recebeu no Ocidente o nome de “condição de sujeito”. O indivíduo sente-se *sujeito* dos fenômenos vitais que lhe acontecem, e não seu *objeto* (ambos os termos, aqui, têm um valor simplesmente gramatical). A isto Winnicott chamou de “*self* verdadeiro”. As características desse *self* verdadeiro são: a crença na eficácia de sua espontaneidade, e conseqüentemente a crença na eficácia de sua criatividade.

Quando, porém, a figura materna (pelas mais diversas razões) não consegue estabelecer essa sintonia “mágica”, e atende às necessidades do bebê segundo um ritmo que é dela, ou que é ditado pelas circunstâncias, a ilusão da *experiência de onipotência* não ocorre, a “condição de sujeito” não se consolida, e o novo ser, sentindo-se *objeto* da ação do meio em que vive, adapta-se a esse meio a fim de dele obter a satisfação desejada. Teremos então um indivíduo quase idêntico ao primeiro, com a diferença de que este último *não* se sente sujeito da própria experiência: a sensação básica é de que é preciso *acionar* o ambiente para obter a satisfação, e isto só ocorre se esse *acionamento* for bem sucedido, ou seja, for considerado “correto” pelo ambiente.

A conseqüência de tal processo é o que o autor chamou de “*self* falso”, que

tem por característica, na melhor das hipóteses, a crença na eficácia da *aprendizagem* (e não da *espontaneidade* e da *criatividade*, como antes).

No filme, essa diferença entre as duas possibilidades de funcionamento da personalidade é ilustrada pela insistência do líder Morpheus em que o personagem central, Neo, desista de “entender” como tornar-se capaz de realizar aquilo que dele se espera, e comece a “acreditar” nessa capacidade, sem intermediação do “entendimento”. É espantosa a precisão com que, mesmo sem saber (pois é muito improvável que a obra de Winnicott tenha sido consultada para a realização do filme), os autores do filme “acertaram” em como se dá o processo de “cura” do “falso *self*” (se bem que para isso eles certamente se basearam no famoso “Eu tenho a Força!”, de “Guerra nas Estrelas”): em primeiro lugar, desenvolve-se uma confiança quase total na pessoa que administra a situação do tratamento (Morpheus, ou Jedi), para em seguida surgir a crença nas potencialidades da própria pessoa. Num tratamento psicanalítico bem sucedido, realizado segundo os ensinamentos de Winnicott, há uma espécie de restauração da “condição de sujeito” (com base numa tardia *experiência de onipotência*, ilusória, com certeza, mas suficientemente “real” para provocar o efeito desejado).

Não é por outro motivo que, no filme, Neo torna-se capaz de realizar as mesmas “mágicas” de seus perseguidores, porém com eficácia ainda maior, pois uma das mensagens do filme é a de que nenhum computador, por mais sofisticado que seja, jamais alcançará a capacidade de um único cérebro humano.

Sem dúvida, é forçoso concluir que, para Winnicott, o fenômeno que denominamos “crença” (resultante de uma experiência, é verdade, mas de uma experiência inteiramente *ilusória*) é central no desenvolvimento da pessoa humana. Na lógica do filme, a *crença* numa capacidade a torna “real”. A profusão de citações e referências multi-religiosas no filme justifica-se, pois, pela importância fundamental do fenômeno da *fé* (ou *crença*) no desenrolar do enredo.

Uma interpretação *winnicottiana* do filme, então, poderia ser a seguinte:

O ser humano, no que tem de especificamente humano, não vive – normalmente – nem num mundo de sonhos (como, por exemplo, os “humanos” do filme, em suas horríveis banheiras/úteros onde sonham que estão vivendo uma vida “real”), nem vive simplesmente num ambiente “externo”, “objetivo”, constituído pelas coisas e pessoas com que entra em contato quando em estado de vigília. No primeiro caso, como já foi dito acima, essa pessoa estará “louca”, no sentido de que vive regida pela onipotência característica do sonho, portanto sem condições de levar uma vida dita “normal” num mundo considerado “real”. No segundo, essa pessoa, como a entrevistadora na empresa mencionada antes, vive num mundo muito mais de “máquinas” que de seres humanos reais, pois nenhum dos componentes específicos do ser humano é levado em conta. Segundo Winnicott, o mundo em que vive o ser humano é um mundo intermediário, que ele chama de ‘espaço transicional’, onde o que existe é um contínuo, sem interrupção e muito menos fronteira, entre o que se passa em seu interior e o que acontece “lá fora”. O que temos aqui é um espaço que vai *da fantasia à realidade externa*, e esse espaço abarca tanto uma certa quantidade de fantasia *quanto* de realidade externa. A divisão “realidade” X “fantasia”, ou “realidade externa” X “realidade interna” é mera formalidade didática, para que possamos saber em que segmento

extremo do contínuo determinado fenômeno se situa. Nesse mundo “winnicottiano” o que vigora é a lógica do *paradoxo*, uma forma epistemológica em que não é preciso saber com certeza coisa alguma, em que os opostos convivem sem que um anule o outro, e em que a fantasia (percepção de algo interno) e a percepção propriamente dita (de algo externo) se conjugam e se fertilizam permanentemente. A arte – e a religião – são os “lugares” nesse contínuo onde isto pode ser percebido com maior clareza, mas da mesma forma podemos percebê-lo em todos quadrantes do existir humano.

É *nesse* mundo que o personagem Neo, do filme, é convidado a ingressar. Por esse motivo específico (uma realidade permeada pela magia) é que ele se torna capaz de tantas façanhas, pois não podemos esquecer que, no filme, a ação se passa muito mais no mundo artificial criado por Matrix que no mundo “real” onde os humanos “verdadeiros” estão.

Os elementos filosóficos do filme concordam, mesmo que indiretamente, com a análise aqui proposta. A denúncia de que vivemos num mundo “ilusório” tanto pode partir de uma filosofia platônica, para a qual o que percebemos à nossa volta não passa de “sombra” da “verdadeira vida”, que só pode ser conhecida através do pensamento humano, quanto de uma filosofia positivista, para a qual tudo aquilo que “acreditamos” acontecer não passa de ilusão, sendo considerados “fatos reais” apenas aqueles que podemos medir, pesar, analisar e perscrutar *mecanicamente*, ou por meio de máquinas propriamente ditas, ou instrumentos matemáticos, portanto desvinculados de qualquer resquício de “subjetividade”. No meio disto encontra-se a filosofia proposta por Descartes, um ponto intermediário entre o platonismo, sem negá-lo (pois tudo é fruto da razão, sendo os sentidos e as idéias não verificadas racionalmente fonte apenas de enganos), e a filosofia positivista, uma espécie de “avesso” do platonismo, onde só o que é “objetivo”, portanto externo ao humano, é considerado “real”. A linha filosófica *divergente*, aquela que o filme considera *verdadeira*, pertence mais à corrente dos *pensadores* que à dos *filósofos* propriamente ditos, e nela se incluem Nietzsche, Kierkegaard, Bergson, talvez Schopenhauer, e outros. Essa corrente, dos *pensadores*, é a que dá margem a uma denúncia da “realidade externa”, como faz o filme, sem no entanto privilegiar o intelecto e a razão, igualmente denunciados por ele como mistificadores.

O filme acentua uma estranha mistura em doses praticamente iguais de racionalidade e fé, de objetividade e subjetividade quase indistinguíveis quanto à sua “realidade”. O “dentro” e o “fora” são mostrados como mutuamente inclusivos, e não ao contrário, como costumamos pensar em nossa vidinha cotidiana. E é justamente neste ponto que ele é uma espécie de “fábula winnicottiana”, surpreendente enquanto tal e, nesse sentido, muitíssimo instrutivo. Basta estar “acordado” para compreender. Mas quem estará, no mundo governado por “Matrix”?